

Senado aprova política para minerais críticos com até R\$ 7 bilhões em investimentos

Category: BRASIL, GERAL

escrito por Alice Ketllen | 3 de setembro de 2026



O Senado aprovou nesta quarta-feira (2) o projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. O Projeto de Lei (PL) 2.780/2024 prevê até R\$ 7 bilhões em investimentos e incentivos governamentais para estimular projetos de processamento, beneficiamento e transformação desses minerais no Brasil. O texto segue agora para sanção presidencial.

A proposta busca aumentar a participação brasileira nas etapas de maior valor da cadeia mineral. Pelo texto aprovado, R\$ 2 bilhões serão destinados pela União ao Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), enquanto outros R\$ 5 bilhões estão previstos para projetos de beneficiamento e transformação de minerais críticos e estratégicos em território nacional.

O tema tem impacto direto para estados produtores, como o Pará, que possui forte participação na atividade mineral e pode ser beneficiado pela expansão de investimentos voltados ao processamento e à transformação dos recursos.

Pará no centro da discussão

Para o senador Beto Faro (PT-PA), a aprovação da política

coloca o Brasil diante de uma oportunidade de transformar sua vantagem mineral em desenvolvimento industrial e tecnológico.

Segundo texto divulgado pela assessoria do parlamentar, o país possui território, reservas e potencial para ampliar sua participação na produção de insumos considerados estratégicos para a economia mundial. A avaliação é de que a nova política pode ajudar a mudar um modelo baseado principalmente na exportação de matéria-prima.

“Não podemos mais aceitar sermos apenas um grande almoxarifado do mundo, queremos que nossas riquezas alcancem quem está aqui”, afirmou Faro.

A discussão ganha relevância porque os minerais críticos e estratégicos são utilizados em cadeias consideradas fundamentais para a economia atual, incluindo painéis solares, smartphones, notebooks, carros elétricos e a indústria militar. O Brasil está entre os países com grandes reservas de diversos desses minerais, conhecidos popularmente em parte dos casos como terras-raras.

O que muda com a nova política

O texto estabelece mecanismos para estimular o processamento dos minerais no território nacional, além de medidas relacionadas à rastreabilidade, inovação e controle estatal.

A proposta diferencia os conceitos de minerais críticos e estratégicos. São considerados críticos aqueles cuja disponibilidade está sujeita a riscos na cadeia de suprimento e cuja eventual escassez poderia afetar setores prioritários da economia, como transição energética, segurança alimentar e soberania nacional.

Já os minerais estratégicos são definidos a partir da importância que possuem para o Brasil, considerando fatores como reservas significativas, impacto na balança comercial e

potencial para o desenvolvimento tecnológico com redução de emissões de gases de efeito estufa.

O projeto também cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos e determina que os projetos interessados nos instrumentos de incentivo estejam inscritos em um cadastro nacional e sejam habilitados pelo conselho.

Empresas terão obrigações

A política também estabelece uma contrapartida para empresas que atuam na pesquisa, lavra, beneficiamento e transformação dos minerais.

Durante seis anos, essas empresas deverão direcionar 0,2% da receita operacional bruta ao Fundo Garantidor da Atividade Mineral e outros 0,3% para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica relacionados à cadeia mineral.

Depois desse período, os recursos destinados à pesquisa poderão chegar a 0,5% da receita operacional bruta.

O projeto ainda inclui a prospecção e a pesquisa mineral entre os projetos que poderão emitir debêntures incentivadas, ampliando as possibilidades de captação de recursos no mercado de capitais.

Emendas de Beto Faro

Durante a tramitação da proposta, Beto Faro apresentou três emendas relacionadas ao desenho da política. Conforme material divulgado pela assessoria do senador, as contribuições buscaram incluir preocupações ambientais e sociais, além de estabelecer critérios para a definição dos minerais que poderão ser classificados como críticos e ampliar o alcance dos instrumentos de incentivo.

A primeira frente trata da proteção ambiental e dos direitos

das populações afetadas pelos empreendimentos. A segunda busca estabelecer critérios para evitar que a classificação de mineral crítico seja ampliada de forma indiscriminada. A terceira procura ampliar o alcance dos mecanismos de incentivo para os minerais que forem classificados como críticos.

As três propostas, segundo a assessoria, partem de uma mesma preocupação: aproveitar a crescente demanda internacional por minerais estratégicos sem repetir um modelo baseado apenas na exportação de matéria-prima.

No registro da tramitação legislativa, as emendas 59, 60 e 61 foram apresentadas por Faro em 2 de setembro e posteriormente retiradas pelo próprio autor.

Minerais ganham importância geopolítica

A aprovação ocorre em meio à disputa internacional pelo controle e pela segurança das cadeias de fornecimento de minerais utilizados em tecnologias consideradas estratégicas.

O relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), destacou durante a votação que minerais críticos podem se tornar essenciais para outras cadeias produtivas e que problemas de abastecimento podem provocar impactos em setores relevantes da economia.

Além da transição energética, esses minerais são importantes para equipamentos eletrônicos e para a indústria de defesa. A concentração da produção e do processamento em poucos países aumenta a preocupação de governos com segurança de fornecimento e soberania.

Nesse cenário, a existência de grandes reservas passa a representar não apenas uma vantagem econômica, mas também um ativo estratégico.

Desafio é agregar valor ao minério

Para o senador Beto Faro, o principal desafio brasileiro é fazer com que a riqueza mineral não termine na extração.

A diferença está entre vender o minério bruto e desenvolver no país as etapas seguintes da cadeia, como processamento, produção de componentes, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A nova política busca justamente estimular essa transformação. O próprio Senado destaca que o foco da legislação está no processamento dentro do território nacional, na inovação e na criação de mecanismos para financiar a cadeia produtiva.

Agora, a regulamentação será uma etapa decisiva para definir os critérios de classificação dos minerais, o funcionamento dos instrumentos de financiamento e os projetos que poderão receber os incentivos previstos.

O projeto também determina que áreas com potencial para produção de minerais críticos e estratégicos sejam priorizadas em leilões da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Fonte:OLIBERAL e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
03/09/2026/16:11:51

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)

- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com